



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2024
(Processo Administrativo n.º 050/2024)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Coremas - PB, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **menor preço por item**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, com interesse da obtenção de propostas para contratação de pessoa jurídica para, no interesse da administração pública, realizar diversos exames laboratoriais em benefícios de pacientes de baixa renda, devidamente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Ação Social e à Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência..

Conforme Art. 75, § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão **preferencialmente** precedidas de **divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Links e endereços para obtenção dos meios para participação e envio de proposta e documentos de habilitação:

Link: <https://coremas.pb.gov.br/lei14133.php>

Prazo para recebimento das propostas: das 14h00min do dia 16/02/2023 às 13h59min do dia 21/02/2024.

E-mail para envio de propostas e documentos de habilitação:

licitacaocoremas@gmail.com

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para **contratação de pessoa jurídica para, no interesse da administração pública, realizar diversos exames laboratoriais em benefícios de pacientes de baixa renda, devidamente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Ação Social e à Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.**
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3. A descrição dos itens a serem adquiridos encontra-se no **Anexo I – Termo de referência**, anexo a este aviso de dispensa de licitação.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

- 2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante **envio de proposta de preços e documentos de habilitação** para o endereço de e-mail: **licitacaocoremas@gmail.com** depois de ter tomado conhecimento de todas condições de participação contidas nesse aviso de dispensa de licitação, que



pode ser obtido através do endereço eletrônico
<https://coremas.pb.gov.br/lei14133.php>

- 2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 2.21 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - 2.22 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.23 que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 2.2.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.2.1.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;



OBS: O e-mail enviado a esta comissão com os documentos necessários a participação, deverá conter as informações sobre o número da licitação e a identificação da empresa. Desta forma a comissão poderá identificar o procedimento a que os mesmos se referem.

**EX: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº xxx/2024
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ: 00.000.000/0000-00**

3. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 3.1. Encerrada o prazo de envio de propostas de preços, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 3.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, a mesma será desclassificada no correspondente item/lote.
- 3.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 3.1.1 contiver vícios insanáveis;
 - 3.1.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 3.1.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 3.1.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 3.1.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 3.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 3.1.6 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 3.1.7 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



- 3.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 3.7. Erros no preenchimento da planilha acarretarão desclassificação do item/lote ou até mesmo da proposta inteira se for o caso.
 - 3.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 3.8. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 3.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

4. HABILITAÇÃO

- 4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam nos itens **13 do Termo de Referência** anexo deste aviso e serão enviados pelo fornecedor para o e-mail licitacaocoremas@gmail.com juntamente com sua proposta de preços.
- 4.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.2.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 4.3. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

5. CONTRATAÇÃO

- 5.1. A contratação se efetivará com a empresa que apresentou a proposta de **menor valor por item**, incluído os valores constantes das pesquisas de preços, depois que confirmada que a mesma atente plenamente os requisitos estabelecidos.
- 5.2. Caso não sejam obtidas propostas adicionais, a contratação se efetivará com a empresa que apresentou os menores valores nas cotações de preços, após envio de ofício solicitando informações se a mesma tem interesse em fornecer os itens referidos em sua cotação de preços.
- 5.3. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 5.4. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 5.5. O prazo de vigência da contratação é de **10 (dez) meses**, considerada a data de assinatura.



6. SANÇÕES

- 6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. **Aviso de Dispensa de Licitação será divulgado no Portal de Licitações do Município, e terá seu resultado divulgado no Diário Oficial dos Municípios da Paraíba, após a autorização da despesa pela autoridade competente, nos termos do § 2º do art. 54, do Anexo VII do Decreto Municipal nº 116/2023.**
- 7.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 7.2.1 republicar o presente aviso com novos prazos para recebimento de propostas.
- 7.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.
- 7.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 7.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 7.6. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 7.7. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 7.8. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 7.8.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 7.8.2. ANEXO II – Minuta de contrato.
- 7.8.3. ANEXO III – Modelo da Proposta de preços

Coremas - PB, 05 de fevereiro de 2024.

CLÉOFITA ANDRADE FERREIRA RAMALHO
Secretário Municipal de Ação Social



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. **Contratação de pessoa jurídica para, no interesse da administração pública, realizar diversos exames laboratoriais em benefícios de pacientes de baixa renda, devidamente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Ação Social e à Secretaria Municipal de Saúde.**
- 1.2. O objeto dessa licitação não se enquadra como bens de luxo.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1 Os exames laboratoriais a serem contratados e realizados serão destinados às pessoas que precisam, conforme requisição médica.
- 2.2 A doação de exames laboratoriais para pessoas carentes é fundamental para promover a saúde pública, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua condição financeira, tenham acesso a serviços básicos de saúde, como diagnósticos precisos e oportunos.
- 2.3 Além disso, contribui para reduzir as disparidades socioeconômicas em saúde, garantindo que indivíduos de baixa renda tenham acesso aos mesmos recursos diagnósticos que os mais privilegiados, diminuindo assim as desigualdades de saúde.
- 2.4 Ressalta-se que o acesso facilitado a exames laboratoriais possibilita a detecção precoce de doenças, permitindo intervenções médicas oportunas e eficazes. Isso não apenas melhora a qualidade de vida dos indivíduos, mas também reduz os custos associados ao tratamento de doenças em estágios avançados.
- 2.5 Ao oferecer exames laboratoriais gratuitos para pessoas carentes, as secretarias municipais podem contribuir para a redução dos custos relacionados à saúde pública a longo prazo. Investir em diagnósticos precoces e prevenção pode diminuir a necessidade de tratamentos caros e hospitalizações.
- 2.6 Tem-se que é um dever moral e ético do governo municipal garantir que todos os seus cidadãos tenham acesso aos cuidados básicos de saúde, independentemente de sua situação financeira. A doação de exames laboratoriais é um passo importante para cumprir essa responsabilidade social e promover o bem-estar de toda a comunidade.
- 2.7 Ao facilitar o acesso a exames laboratoriais, a Secretaria Municipal pode incentivar uma maior adesão aos programas de saúde preventiva e de monitoramento de doenças crônicas, o que pode ter impactos positivos significativos na saúde da população em longo prazo.
- 2.8 Dessa forma, resta justificado a contratação de empresa para realização de exames laboratoriais.
- 2.9 As características, **estimativa de quantidades** e especificações do objeto da referida contratação são:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	Hemograma	UND	300
2	Glicemia	UND	150
3	Colesterol	UND	150
4	Triglicérides	UND	150
5	Frações	UND	50
6	Ureia	UND	80
7	Creatinina	UND	80
8	Acido Úrico	UND	60
9	TGO	UND	100
10	TGP	UND	70
11	GAMA GT	UND	70
12	Fosfatase Alcalina	UND	80
13	Bilirrubina e frações	UND	100
14	Proteína e frações	UND	40
15	Coagulograma	UND	50
16	Sódio	UND	50
17	Potássio	UND	50
18	Cálcio	UND	15
19	Magnésio	UND	35
20	Albumina	UND	50
21	Amilase	UND	50
22	Lipase	UND	40
23	Hemoglobina Glicada	UND	50
24	PCR Ultra Sensível	UND	30
25	OH Vitamina D	UND	30
26	TSH	UND	163
27	T3 total	UND	50
28	T3 livre	UND	50
29	T4 total	UND	50
30	T4 livre	UND	100
31	TRAB	UND	25
32	Tiroglobulina	UND	20
33	FAN	UND	15
34	LH	UND	20
35	Prolactina	UND	25
36	Progesterona	UND	10
37	Ferro Sérico	UND	15
38	Ferritina	UND	25
39	Transferrina	UND	25
40	Toxoplasmose IGG/IGM	UND	15
41	Pesquisa De BAAR	UND	15



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

42	Beta HCG	UND	50
43	Proteinúria de 24 H	UND	20
44	PSA Total/Livre	UND	50
45	Classificação sanguínea	UND	30
46	Clarence de creatinina	UND	15
47	Clarence De Ureia	UND	20
48	Citomegalovírus	UND	25
49	Rubéola IGG/IGM	UND	20
50	Complemento C3	UND	25
51	Complemento C4	UND	30
52	Complemento CH50	UND	30
53	Dengue NS1	UND	10
54	ZINCO	UND	15
55	VHS	UND	10

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação tem fundamento com base no inciso II, art. 75 da Lei 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A solução proposta é o fornecimento/doação de medicamentos. Para garantir um fornecimento eficaz e sustentável de medicamentos, é necessário adotar uma abordagem abrangente que aborde vários aspectos do processo, desde a produção até a distribuição e o acesso dos pacientes.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Trata-se de bens/serviços que podem ser adquiridos/realizados mediante dispensa de licitação, na forma do art. 75, II da Lei 14.133/2021.

5.2 Entende-se que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na legislação em vigor, bem como atende às necessidades da Prefeitura Municipal de Coremas/PB, no que tange às exigências.

5.3 Os produtos devem estar com 75% (setenta e cinco por cento) ou mais de sua vida útil ou produtos com tempo remanescentes de consumo superior a 365 dias, contados da data de entrega; (Recomendação Nº 11/3º PJ – Pombal/2023 – Ministério Público da Paraíba).

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 116, de 29 de dezembro de 2024, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

6.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) gestor e por 1 (um) fiscal de contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021 e



Decreto Municipal 116/2023, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

6.3 As atribuições/competências do fiscal de contrato são as estabelecidas no art. 10, do Anexo VI do Decreto Municipal 116/2023 e as atribuições/competências do gestor de contrato são as estabelecidas no art. 8º do referido decreto.

6.4 Conforme imposição do art. 4º do Anexo VI do Decreto Municipal 116/2023, os servidores a seguir são indicados para nomeação como:

6.4.1 **Fiscal de Contrato:** Francisca Edna Campo, Diretor de Assistência à Saúde, matrícula 2526.

6.4.2 **Gestor de Contrato:** Daiane Alves Pereira, agente administrativo, matrícula 2527.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos artigos 141 a 146 da Lei 14.133/21, da seguinte maneira: o (os) pagamento (os) será(serão) em favor da (as) contratada (as) será efetuado até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da nota (as) fiscal (ais), devidamente atestada.

7.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021.

7.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.9 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, nos termos dos artigos 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2 O critério de julgamento da proposta será o **menor preço por item**;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação será conforme consolidação da pesquisa de preço, elaborada conforme o Anexo V do Decreto Municipal 116/2023;

9.2 O custo estimado da contratação possui **caráter sigiloso** e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. Ao manter os orçamentos sigilosos, evita-se que os licitantes conheçam os valores estimados pela administração, o que incentiva a apresentação de propostas mais competitivas. Isso contribui para a obtenção de preços mais vantajosos para a administração pública.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2024, Recursos ordinários conforme a seguir:

Fonte de recurso 1: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos;

Fonte de recurso 2: 1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos – ASPS.

02.05 SECRETARIA DE SAÚDE

DOTAÇÃO: 02.05 Secretaria de Saúde

10 301 3019 2032 Manutenção da Secretaria de Saúde

Elemento de despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo;

DOTAÇÃO: 02.05 Secretaria de Saúde

10 301 3023 2115 Manutenção do PSF - Programa de Saúde Familiar

Elemento de despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo;

DOTAÇÃO: 02.05 Secretaria de Saúde

10 301 3019 2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo;

DOTAÇÃO: 02.05 Secretaria de Saúde

10 301 3048 2152 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Básica

Elemento de despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo.



02.09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

08 244 3014 2054 Manutenção dos serviços de Assistência Social

1.500.0000 – Recursos não vinculados a impostos – LIVRE

3.3.90.39 00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

08 244 3016 2058 Ajuda financeira para compra de medicamentos, urna funerária e passagens

1.500.0000 – Recursos não vinculados a impostos – LIVRE

3.3.90.48 00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

08 244 3016 2059 Promoção de assistências a pessoas carentes

1.500.0000 – Recursos não vinculados a impostos – LIVRE

3.3.90.32 00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- 11.1.1 Comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de fornecimento dos produtos;
- 11.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato que será realizado pelo (a) servidor (a), designado para este fim, nos termos da Lei 14.133/2021, competindo-lhe tomar todas as providências, de modo assegurar que este seja executado de acordo com as cláusulas avençadas;
- 11.1.3 Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.
- 11.1.4 Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 11.1.5 Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 11.1.6 Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos artigos 115 a 123 da Lei 14.133/21.
- 11.1.7 Outras obrigações estabelecidas no contrato.

12. OBRIGAGÕES DA CONTRATADA

12.1 São obrigações da CONTRATADA:

- 12.1.1 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.
- 12.1.2 Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou



quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

- 12.1.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.
- 12.1.4 Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
- 12.1.5 Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.
- 12.1.6 Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
- 12.1.7 Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, sob pena da mesma multa aplicada pela infração administrativa de dar causa à inexecução total da contratação, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da presente contratação, na forma estabelecida no Art. 50, da Lei 14.133/21.
- 12.1.8 Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos artigos 115 a 123 da Lei 14.133/21
- 12.1.9 Outras obrigações estabelecidas no contrato.

13. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

13.1. Habilitação Jurídica:

- 13.1.1. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;
- 13.1.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Cíveis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;
- 13.1.3. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

- 13.1.4. No caso de Empresário Individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
 - 13.1.5. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação pode ser condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>
 - 13.1.6. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - 13.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 13.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**
- 13.2.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 13.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006
 - 13.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
 - 13.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
 - 13.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.3. Qualificação Econômico-Financeira**
- 13.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

14. DOS PRAZOS E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



- 14.1 O prazo do contrato será de 10 (dez) meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado automaticamente nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.
- 14.2 O objeto desta contratação será entregue/realizado na cidade de Coremas, em local estabelecido pela Prefeitura Municipal de Coremas, através da **Secretaria Municipal de Ação Social e da Secretaria Municipal de Ação Social**.

15. DO REAJUSTAMENTO

- 15.1 Os preços contratados serão fixos e irremovíveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.
- 15.2 O valor do contrato será fixo e irremovível, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IPCA, tomando-se por base a data da apresentação da proposta.
- 15.3 A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do orçamento estimado.
- 15.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.
- 15.5 Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
- 15.6 O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos veículos para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - dar causa à inexecução total do contrato;



- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.2.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.2.2 A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.2.3 A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

16.2.4 A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.



- 16.2.5 A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 16.2.6 A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.
- 16.2.7 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.
- 16.2.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.2.9 A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 16.2.10 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.2.11 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

- 17.1 Secretaria Municipal de Ação Social



ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº .../2024

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE COREMAS, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ 08.939.936.0001/94, E A PESSOA JURÍDICA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ 00.000.000/0000-00

O Município de Coremas-PB, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS**, CNPJ Nº 08.939.936/0001-94, com sede a Rua Capitão Antônio Leite, nº 65, Centro, Coremas/PB, CEP 58.770-000, neste ato representado pelo Sr. **Irani Alexandrino da Silva**, (Prefeito), CPF 136.183.728-41, RG. 38.16.2.658, residente e domiciliado na Rua Estudante Kimara Ferreira, nº 10 (1º Andar), Cabo Branco, Coremas-PB, CEP 58.770-000 e, de outro lado a pessoa jurídica **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ 00.000.000/0000-00, estabelecida Rua, nº ..., Bairro, Cidade/UF, CEP 00.000-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) **XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX**, CPF nº 000.000.000-00 e RG nº .. /UF, têm entre si justo e avençado, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares constantes nas disposições da Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, na forma do **Processo Administrativo .../2024**, do Termo de Ratificação da **Dispensa .../2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FINALIDADE

- 1.1 Constitui objeto deste Contrato a ..., conforme Termo de Referência.
- 1.2 A contratação dá-se nos termos da planilha de serviços e valores abaixo identificada:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	P. UNIT	P. TOTAL



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

2.1. O presente instrumento Contratual é firmado em decorrência do **Processo Administrativo .../2024** e do Termo de Ratificação da **Dispensa .../2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1. A vigência do presente contrato será 10 (dez) meses, contados a partir da assinatura. O prazo constante nesta cláusula poderá ser prorrogado automaticamente nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1. O valor global estimado do presente contrato é na ordem de **R\$...,.. (...)**.

4.2. O valor global fixado para o presente contrato será empenhado e pago, mediante a entrega de Nota Fiscal/Fatura e seus relatórios gerenciais, observada a necessária liquidação da despesa pelo CONTRATANTE nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

4.3. As despesas que se referem aos exercícios seguintes, serão empenhadas em época própria.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária no dia da apresentação. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura com indicação da conta corrente e respectiva agência bancária, à qual deverá ser atestada pelo setor responsável pelo seu recebimento;

5.2. Ficará a cargo da CONTRATADA os tributos federais, estaduais e municipais, conforme legislação vigentes, incidentes sobre os pagamentos, salvo os casos de necessária retenção legal pela fonte pagadora.

5.3. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.4. A inadimplência do contrato, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem ao CONTRATANTE a responsabilidade do seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

5.5. Não haverá compensações financeiras antecipadas.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS E DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

7.1. Para as despesas serão utilizadas as seguintes rubricas orçamentárias:

Fonte de recurso 1: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos;

Fonte de recurso 2: 1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos – ASPS.

02.05 SECRETARIA DE SAÚDE

DOTAÇÃO:02.05 Secretaria de Saúde

10 301 3019 2032 Manutenção da Secretaria de Saúde

Elemento de despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo;

DOTAÇÃO: 02.05 Secretaria de Saúde

10 301 3023 2115 Manutenção do PSF - Programa de Saúde Familiar

Elemento de despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo;



DOTAÇÃO: 02.05 Secretaria de Saúde

10 301 3019 2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo;

DOTAÇÃO: 02.05 Secretaria de Saúde

10 301 3048 2152 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Básica

Elemento de despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo.

02.09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

08 244 3014 2054 Manutenção dos serviços de Assistência Social

1.500.0000 – Recursos não vinculados a impostos – LIVRE

3.3.90.39 00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

08 244 3016 2058 Ajuda financeira para compra de medicamentos, urna funerária e passagens

1.500.0000 – Recursos não vinculados a impostos – LIVRE

3.3.90.48 00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

08 244 3016 2059 Promoção de assistências a pessoas carentes

1.500.0000 – Recursos não vinculados a impostos – LIVRE

3.3.90.32 00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das já citadas no Termo de Referência, as seguintes:

8.1.1. Comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de fornecimentos dos bens ou prestação dos serviços;

8.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato que será realizado pelo (a) servidor (a), designado para este fim, nos termos da Lei 14.133/2021, competindo-lhe tomar todas as providências, de modo assegurar que este seja executado de acordo com as cláusulas avençadas;

8.1.3. Efetuar o pagamento no prazo acordado;

8.2. São obrigações da **CONTRATADA**, além das já citadas no Termo de Referência, as seguintes:

8.2.1. Manter durante a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação utilizadas para credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.2.2. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste termo serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

8.2.3. Aceitar acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado para os serviços, dentro da execução orçamentária anual.

8.2.4. Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados e resultados dos serviços prestados seja na esfera administrativa, cível ou criminal, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços contratados que forem de responsabilidade do profissional.



8.2.5 Havendo caso fortuito ou força maior que impeça a realização do evento artístico, motivado pela contratada ou contratante, as partes convencionarão outra data para apresentação do artista ou será cancelado, o evento, sem ônus para a contratante.

8.2.6. A assinatura do contrato não implicará ao CONTRATANTE, vínculo ou obrigação trabalhista, direta ou indireta, de qualquer natureza, obrigando-se ainda a contratada a manter o contratante a salvo de qualquer litígio, assumindo todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias referentes ao pessoal alocado para o cumprimento do presente objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES CABÍVEIS

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA caracterizará sua inadimplência implicando, segundo a gravidade, em multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, reajustado até o momento da cobrança, descontada de logo, quando do pagamento da fatura em processo de liquidação e pagamento, ou encaminhada para cobrança judicial.

9.2. A aplicação de multa, segundo o caso, não eximirá a CONTRATADA de sofrer outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a credenciada da prestação do serviço.

9.4. Em qualquer caso de aplicação de sanção será sempre garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado e em conformidade com a Lei 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA DECIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

12.1. Aplicam-se a Lei nº. 14.133/2021, o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

14. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Coremas, no Estado da Paraíba, para dirimir eventuais questões relacionadas com este Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Coremas – PB, ... de ... de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS/PB
Irani Alexandrino da Silva (Prefeito)
CPF 136.183.728-41

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX (Representante)
CPF 000.000.000-00

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:



ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE PREÇO

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ___/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS - PB.

OBJETO:

PROPONENTE:

CNPJ:

Prezados Senhores,
Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	P.UNIT	P. TOTAL
1	...					
2	...					
TOTAL						

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: Este modelo é meramente ilustrativo, podendo a licitante usar modelo próprio, respeitando as informações solicitadas. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.